

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 336

Período: 20/06/2009 a 26/06/2009

GEDES - Brasil

- 1 - Jornalista lança livro que discute duas visões sobre o regime militar no Brasil
- 2- Guerrilha do Araguaia I: militar da reserva divulga documentos para pesquisadores do jornal *O Estado de S. Paulo*
- 3- Guerrilha do Araguaia II: divulgação de documentos de arquivo pessoal de militar reacende discussões sobre busca dos corpos dos desaparecidos
- 4- Guerrilha do Araguaia III: Ministério da Defesa formará grupo para localizar guerrilheiros desaparecidos
- 5- Ministério Público Militar reabre investigações sobre desaparecidos durante o regime militar
- 6- Aumentam solicitações para uso do Exército em obras públicas
- 7- Secretário de Políticas Antidrogas aponta necessidade de maior fiscalização nas fronteiras

1- Jornalista lança livro que discute duas visões sobre o regime militar no Brasil
Conforme publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Lucas Figueiredo lançou a obra *Olho por Olho*, que retrata a história de dois livros antagônicos produzidos durante o regime militar (1964-1985): o *Brasil: Nunca Mais* e o *Orvil*. O primeiro, publicado em 1985, resultou do trabalho de seis anos de religiosos e militantes dos direitos humanos que se reuniram para pesquisar e compilar processos do Superior Tribunal Militar, além de catalogar inúmeras denúncias de tortura feitas por presos políticos. Em resposta, o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, determinou a elaboração de um livro que amenizasse a versão apresentada em *Brasil: Nunca Mais*. Na publicação dos militares, que recebeu o título de *Orvil* – a palavra “livro” de trás para frente –, defendeu-se a visão de que as forças armadas impediram a instalação de uma ditadura comunista no Brasil. O livro, que teve sua publicação vetada pelo então presidente da República José Sarney, também relata situações em que militantes foram mortos pelos próprios companheiros, casos que ficaram conhecidos como “justiçamentos”. O jornalista Lucas Figueiredo teve acesso ao livro que durante vinte anos circulou apenas entre os militares e publicou uma série de reportagens sobre seu conteúdo. Em *Olho por Olho*, o jornalista relata o que chamou de “última batalha” da ditadura. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 20/06/09).

2- Guerrilha do Araguaia I: militar da reserva divulga documentos para pesquisadores do jornal *O Estado de S. Paulo*
De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o militar da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura (oficial do Centro de Informações do Exército e

agente do Sistema Nacional de Informações no regime militar) autorizou a abertura de seu arquivo pessoal referente à Guerrilha do Araguaia (1972-1975) aos pesquisadores do jornal *O Estado de S. Paulo*. O arquivo disponibilizado pelo major, que comandou ações repressivas e negociadoras em diversas regiões do Araguaia, revela detalhes sobre a execução de guerrilheiros contrários ao regime militar (1964-1985) e possui registros das décadas de 1960 a 1990. De acordo com os documentos, dos 67 combatentes assassinados na Guerrilha, 41 foram presos, amarrados e executados, mesmo não oferecendo perigo aos militares. Tais registros contrariam a versão oficial das Forças Armadas segundo a qual os guerrilheiros estavam armados no momento dos conflitos, além de colocar em dúvida o registro de apenas 25 execuções. O arquivo entregue ao *Estado* oferece detalhes sobre a chamada “Operação Marajoara” (outubro/1973 a janeiro/1975), ocorrida na região entre o sul do estado do Pará e o norte de Tocantins, na qual militares e comunistas se enfrentaram. Esta foi a primeira vez que pesquisadores tiveram acesso à arquivos militares sobre a terceira e decisiva campanha na Guerrilha do Araguaia. De acordo com o jornal, os documentos insinuam que houve uma política de extermínio orientada pelos comandantes dos governos dos presidentes da República Emílio Garrastazu Médici (1969-1973) e Ernesto Geisel (1974-1978). Um dos documentos, datado de 1974, indica ainda o envolvimento de camponeses moradores da região do Araguaia que serviram de guias para o Exército e forneceram informações aos militares e, simultaneamente, mantiveram contatos com os guerrilheiros. Nas anotações, eles são identificados com pontos negativos e de interrogação. Em entrevista ao *Estado*, no dia 22/06/09, o major Rodrigues de Moura afirmou que “as Forças Armadas cumpriram uma missão constitucional, preservaram as instituições, a independência e a soberania da pátria e não permitiram um Estado independente no Brasil, o que no bojo da guerra de guerrilhas extirpou momentaneamente uma ideologia adversa, o comunismo.” Entretanto, afirmou também que “(...) as Forças Armadas cometeram o erro político de mascarar o movimento contra a guerrilha como uma manobra militar. E o erro mais grave: montaram uma operação de envergadura sem organizar um trabalho de informações. Não se sabia quem era o inimigo”. Outro manuscrito denominado “Relatório de Prisioneiros” indica uma área que foi utilizada como “campo de execução” dos guerrilheiros e que a descoberta da Guerrilha do Araguaia pode ter ocorrido anteriormente à 1972. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/06/09).

3- Guerrilha do Araguaia II: divulgação de documentos de arquivo pessoal de militar reacende discussões sobre busca dos corpos dos desaparecidos

A abertura do arquivo pessoal do major da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura ao jornal *O Estado de S. Paulo* reavivou as discussões sobre a necessidade de tornar público todos os documentos referentes à Guerrilha do

Araguaia (1972-1975), e, especialmente, as pressões pela busca e identificação dos corpos dos guerrilheiros executados no período. De acordo com *O Estado de S. Paulo* de 22/06/09, o ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que os documentos disponibilizados pelo major Rodrigues de Moura e a abertura de outros arquivos referentes ao episódio poderiam possibilitar a localização dos corpos desaparecidos, tendo em vista que uma das principais argumentações contrárias à busca dos corpos seria a falta de informações sobre sua existência ou localização. Seguindo a mesma argumentação, o secretário especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, expressou a opinião de que a entrevista do major da reserva deve ser utilizada para orientar a operação de busca dos corpos, que deveria ocorrer de acordo com determinação da Justiça Federal. Segundo a *Folha de S. Paulo* de 23/06/09, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, também se posicionou em favor da abertura dos arquivos referentes à Guerrilha, destacando que “se de fato esses documentos existem, eles devem ser mostrados”. Em editorial no dia 24/06/09, o jornal concordou com a posição do ministro do STF, afirmando que após 25 anos do fim do regime militar (1964-1985) parte do legado desse período permanece desconhecido pela população. O editorial ainda afirmou que é inadmissível que até hoje as famílias dos desaparecidos não tenham informações oficiais sobre o que aconteceu na Guerrilha do Araguaia. Defendeu não apenas a abertura dos arquivos da Guerrilha, mas de todos os documentos do período militar, com o argumento de que “a Lei da Anistia ainda está em vigor e assim deve continuar”. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, que estava em viagem à Europa, declarou apenas que “toda colaboração com elementos para ajudar na elucidação dos fatos é extraordinária. Nós apoiamos e estimulamos divulgações como essa”. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltou a importância da análise dos documentos a fim de desvendar “o que foi e o que não foi verdade” e disse ter pedido a Jobim que converse com o major Rodrigues de Moura sobre os arquivos. O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou, no dia 25/06/09, que a questão da abertura dos arquivos do período militar reacende a discussão sobre o poder arbitrário que os militares possam ter sobre a memória do país mesmo após o término do regime militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/06/09; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/06/09; Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 25/06/09).

4- Guerrilha do Araguaia III: Ministério da Defesa formará grupo para localizar guerrilheiros desaparecidos

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército deve começar no mês de julho as buscas dos corpos de guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975). As buscas cumprem uma ordem judicial fruto de uma condenação da União pela Justiça Federal de Brasília que exigiu, em 2003, a apresentação, em um prazo de 120 dias, de documentos secretos que mostrassem a localização dos corpos e a entrega destes aos familiares dos desaparecidos, ordem esta que a Advocacia Geral da União recorreu, mas que,

em 2009, perdeu e foi determinado que a sentença de 2003 fosse cumprida. Segundo a *Folha de S. Paulo* de 23/06/09, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos declarou-se "constrangida" pelo fato do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos não participarem do grupo formado pelo Ministério da Defesa (MD) para atuar nas buscas, que serão coordenadas pelo comandante do Exército, general Enzo Martins Peri. Entretanto, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou em 24/06/09 que o grupo criado pelo MD para retomar as buscas dos corpos de guerrilheiros na região do Araguaia ainda não iniciou seus trabalhos e não definiu seus integrantes. Enquanto esse grupo não estiver completo, os trabalhos de investigação deverão se resumir ao reconhecimento das áreas onde as buscas serão feitas. O presidente da comissão de buscas, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e outros seis procuradores da República enviaram um pedido ao presidente da República solicitando que o grupo de trabalho não seja presidido exclusivamente pelo general Enzo Peri, e que as operações de busca sejam coordenadas por autoridades civis vinculadas à promoção dos direitos humanos e acompanhadas por familiares das vítimas. Lula afirmou que analisará os argumentos e que pretende resolver rapidamente a questão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/06/09).

5- Ministério Público Militar reabre investigações sobre desaparecidos durante o regime militar

Segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as investigações sobre os desaparecidos políticos durante o regime militar (1964-1985) foram reabertas pelo Ministério Público Militar, embasados na tese de que "pessoas não encontradas, vivas ou mortas, são crimes em andamento - os chamados crimes permanentes, segundo juristas. Por serem delitos ainda sem solução, os sequestros ou desaparecimentos não prescreveram e não podem ser abrangidos pela Lei da Anistia". Com base nessa interpretação, os procuradores Eugênia Fávero e Marlon Weichert pediram a reabertura das investigações sobre o sequestro de 25 indivíduos, tendo como acusados os militares Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, que comandaram o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de 1971 até 1976. De acordo com o promotor Weichert, os crimes de "desaparecimento forçado" são crimes permanentes e encontram-se fora do âmbito da Lei da Anistia. Com isso, os supostos sequestros poderão também ser investigados na justiça criminal. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Gilberto Barbosa de Figueiredo, presidente do Clube Militar; Jarbas Passarinho, coronel reformado e ex-ministro em três mandatos de governos militares; e Paulo Esteves, advogado de Carlos Alberto Brilhante Ustra, criticaram a reabertura das investigações e afirmaram que a Lei de Anistia aplica-se ao caso. (O Estado de S. Paulo – 22/06/09; Folha de S. Paulo – 22/06/09).

6- Aumentam solicitações para uso do Exército em obras públicas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal tem intensificado a participação do Exército em obras públicas ligadas à infraestrutura. Desde 2006, a presença do Exército nessa tarefa aumentou em 900%. A Força atualmente se responsabiliza por 92 obras, as quais abrangem desde o recapeamento de estradas, construção de ferrovias e obras portuárias, até o difícil trabalho de transposição do Rio São Francisco, na região nordeste do Brasil. Nelson Jobim, ministro da Defesa, afirmou que os militares também serão responsáveis pelas obras do Aeroporto Internacional de Guarulhos e do Aeroporto de Viracopos, na cidade de Campinas, estado de São Paulo. Contudo, o Exército argumentou que parte de seus batalhões estão com a capacidade no limite, inclusive terceirizando alguns dos serviços que lhe foram designados. Luiz Antonio Pagot, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), órgão que mais solicita a presença dos militares em obras públicas, explicou que a atuação das Forças Armadas nesses serviços reduz os custos das obras entre 18% e 20% em relação à contratação de uma construtora privada. Pagot esclareceu que a transferência de obras para as Forças Armadas ocorre também por se tratar de projetos localizados em áreas de difícil acesso, como na Amazônia, onde muitos não têm interesse em atuar. As construtoras, no entanto, argumentam que estão perdendo espaço para os militares. Ainda mais em um cenário onde os estados da federação também começaram a solicitar a transferência de obras para as Forças Armadas. No Paraná, por exemplo, o governo estadual está discutindo a participação do Exército na construção dos novos ramais da ferrovia Ferroeste. (*O Estado de S. Paulo – Economia – 21/06/2009*).

7- Secretário de Políticas Antidrogas afirma necessidade de maior fiscalização nas fronteiras

Conforme notícia publicada no *Jornal do Brasil*, o secretário nacional de Políticas Antidrogas, general Paulo Uchoa, afirmou que as autoridades brasileiras têm ciência da importância de se fortalecer a fiscalização nas zonas de fronteira do Brasil com os países produtores de cocaína, como Bolívia, Peru e Colômbia. Segundo o general, a preocupação das autoridades internacionais com o Brasil relaciona-se com o trânsito de drogas existente no país, configurando-o como uma das principais rotas de tráfico para outros países. O general ainda comparou a situação do Brasil com a dos Estados Unidos, explicando que o último precisa apenas se preocupar com a fronteira com o México, que é bem menor que a extensão da fronteira entre Brasil e Bolívia. (*Jornal do Brasil – Tema do Dia – 25/06/09*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).